

Vozes que protegem: Atuação de defensoras de direitos humanos na luta por justiça ambiental



Em territórios onde o esgoto corre a céu aberto e as enchentes invadem as casas todos os anos, mulheres têm transformado dor em luta e cuidado em mobilização coletiva. Nas periferias de Fortaleza, defensoras de direitos humanos atuam diariamente para enfrentar o racismo ambiental, reivindicar saneamento básico e garantir que crianças, jovens e famílias possam viver com dignidade. Esta reportagem conta a história de quatro dessas mulheres e das estratégias que constroem para defender a vida e o território.

O esgoto corre a céu aberto e o lixo se acumula na rua de terra batida. Enquanto crianças brincam desviando da água poluída, vindas com as enchentes, mulheres se reúnem na esquina, em associações ou em coletivos em busca de soluções diante da falta de saneamento básico, de áreas de lazer e de espaços verdes protegidos. É nesse cenário que atuam defensoras de direitos humanos que transformam indignação e revolta em mobilização coletiva. Mas afinal, quem são essas mulheres?

Segundo definição apresentada pela [ONU Mulheres Unidas](#), “defensora de direitos humanos é toda mulher que atua pela promoção ou proteção dos direitos humanos e toda pessoa que defende os direitos humanos das mulheres ou trabalha pela igualdade de gênero. Elas podem ser defensoras do meio ambiente, feministas, educadoras, lideranças sindicais ou comunitárias, líderes espirituais ou de povos tradicionais, mulheres na política institucional, profissionais de saúde, trabalhadoras rurais, profissionais do sistema de justiça, jornalistas e comunicadoras, artistas, empreendedoras, entre outras (ONU)”.

Essa presença expressiva se reflete no campo do trabalho social e voluntário. De acordo com uma matéria divulgada no Observatório do Terceiro (2024) as mulheres representam 62% das pessoas que realizam trabalho voluntário e ocupam 51% dos cargos de liderança na área. Por outro lado, a representação de mulheres em espaços parlamentares não segue o mesmo ritmo, são os homens que assumem posições executivas e legislativas em todo o mundo, de acordo com a edição 2025 do mapa “Mulheres na política: 2025. De acordo com a mesma pesquisa, o Brasil ocupa a 133ª colocação no ranking global de representação parlamentar de mulheres e a 53ª posição no ranking de representação ministerial.

É nesse contexto de forte atuação social e limitada inserção nos espaços formais de decisão que se insere a presente reportagem, apresentada ao I concurso nacional de reportagens sobre direitos humanos, na qual contaremos sobre a atuação de quatro defensoras que colaboram na luta pela justiça ambiental nas periferias de Fortaleza. Apresentaremos os desafios enfrentados e as práticas de resistência que elas desenvolvem.

Valdivania da Rocha (38), conhecida como **Bilinha**, é líder comunitária e moradora da comunidade São Francisco, no Grande Bom Jardim. Sua atuação começou muito antes de saber que o que fazia tinha nome.

“Eu sempre gostei de atuar com crianças, com adolescentes e foi nas brincadeiras que eu desenvolvia com eles que fui buscando formas de ter melhorias na comunidade. Eu não sabia que isso era ser defensora de direitos humanos, essa palavra bonita. Eu só fazia porque amava minha comunidade”, conta a defensora



Crédito: Foto cedida por Bilinha

Atuante na defesa de crianças e adolescentes, ela iniciou sua caminhada na luta social movida por um desejo simples e profundo: garantir que seus filhos, hoje com 11 e 15 anos, assim como as demais crianças da comunidade, possam crescer e chegar à velhice com saúde e dignidade. Na infância, Bilinha brincava no rio Maranguapinho, que passa próximo à sua casa. O que antes era espaço de lazer e convivência hoje é conhecido como “canal”. Sem saneamento básico, o esgoto das casas é despejado diretamente no rio, trazendo mau cheiro e aumentando casos de doenças como dengue, diarreia e outras infecções.

O apelido carinhoso, dado por seu pai, acompanha também sua forma de agir: próxima, afetuosa e firme. Na atuação coletiva, ela busca melhorias para a comunidade que leva o nome

de uma liderança religiosa também conhecida pela proteção dos animais, da natureza e das pessoas mais pobres: São Francisco. Para Bilinha, justiça ambiental é garantir condições dignas de vida para quem mora na periferia. Ela acredita que é por meio do amor, da união e da organização comunitária que grandes transformações podem acontecer diante das injustiças sociais.



Bilinha em um jogo comunitário na comunidade São Francisco.
Crédito: Foto cedida por Bilinha

Carla Nayra (29) se apresenta como mulher periférica, moradora do Grande Bom Jardim e mãe de duas crianças, de 2 e 6 anos de idade. Sua atuação na defesa dos direitos humanos nasce da própria vivência no território. Ainda adolescente, iniciou sua caminhada no grupo Jovens Agentes de Paz (JAP), iniciativa do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza



Carla na Marcha pelo Clima em 2024. Crédito: Foto de Ananda Soares.

(CDVHS), onde teve seu primeiro contato com a educação em direitos humanos, justiça social e participação popular.

Desde então, sua trajetória vem sendo construída a partir da escuta atenta das dores e das potências da comunidade. Carla atua especialmente nas pautas de justiça ambiental, saneamento básico, direito à cidade e enfrentamento ao racismo ambiental, sempre articulando cuidado com a vida, mobilização comunitária e ação coletiva.

A jovem é cofundadora do Bom Jardim em Ação, coletivo liderado por mulheres negras que transformam o abandono em resistência por meio da educação ambiental, da bioconstrução, da mobilização popular e do desenvolvimento de tecnologias sociais no enfrentamento ao racismo ambiental.

Carla se reconhece como ativista e defende que *a transformação social começa com organização popular*, reafirmando que a mudança nasce do território e da força coletiva das mulheres e da comunidade.

Andréia Lopes, se apresenta como “cria do Rio Maranguapinho”. Nascida às margens do rio, no bairro Autran Nunes, conhecido como Alto do Bode, cresceu em um território marcado pela negação histórica de direitos e pela ausência de políticas públicas estruturantes.

Para Andréia, sua luta por direitos humanos começou junto com sua própria existência, na vivência cotidiana com o rio, com as violências e também com as aprendizagens do território.

Essa consciência foi sendo construída ao longo do tempo. Quando criança, atravessar uma rua alagada com água na cintura parecia apenas parte do cotidiano, ainda não havia o entendimento do que significava a negação de direitos ou sobre outras realidades possíveis. Um elemento central nessa construção foram suas avós, Dona Maria Querubina e Dona Maria da Paz, que a criaram e lhe ensinaram o respeito à natureza, o cultivo da terra e o cuidado com as pessoas.

Com elas, “*aprendi a plantar, a compartilhar saberes, a valorizar as medicinas tradicionais e a fortalecer espaços coletivos de acolhimento*”, ressalta a cientista ambiental. É dessa herança que Andreia reconhece ter herdado o sentido de comunidade e o entendimento de que lutar pelo rio é também lutar pelo direito de existir das pessoas, das águas e do território.



Andréia aposta na educação social como transformação.
Crédito: foto cedida por Andréia

Mãe aos 15 anos, transformou a experiência da maternidade na adolescência em impulso para agir. Passou a se envolver mais diretamente com a educação popular, inicialmente como participante de projetos comunitários (dança, capoeira, karatê) e depois como educadora. Dialogava com outras jovens sobre saúde reprodutiva, sonhos e perspectivas de futuro.

Sua primeira grande mobilização organizada foi a luta pelo saneamento básico nos bairros Granja Portugal, Granja Lisboa, Conjunto Ceará e Genibaú. Além de reivindicar o acesso ao saneamento, defendia que as famílias tivessem isenção das taxas, já que muitas não tinham condições de arcar com os custos. Participou de campanhas, audiências públicas e articulações comunitárias que marcaram sua formação política.

Hoje, Andréia é cientista ambiental, integra o Fórum de Políticas Ambientais do Grande Bom Jardim e constrói a Craua Coletiva Ambiental. A justiça ambiental é uma vivência concreta: nasce do território, da memória das águas, dos ensinamentos das avós e da organização coletiva como caminho para transformar realidades.

Clarissa Freitas, docente da Universidade Federal do Ceará (UFC), atua na área de planejamento urbano e dedica sua trajetória a estudar as desigualdades nas cidades, o direito à moradia e as condições socioambientais nos territórios periféricos. Seu trabalho articula pesquisa, ensino e extensão



Crédito: Foto cedida por Clarissa Freitas.

universitária com as lutas concretas de comunidades que enfrentam problemas como falta de saneamento, moradia precária e ausência de infraestrutura.

Para a professora, a universidade pública tem o dever de colocar o conhecimento que produz a serviço da sociedade, especialmente dos grupos mais vulnerabilizados. Ela defende que a universidade não deve apenas produzir pesquisas para que o setor privado utilize conforme seus interesses, mas garantir que esse conhecimento contribua para fortalecer as lutas por direitos básicos. No campo da justiça ambiental urbana, a docente afirma :

“ é necessário fazer com que as reflexões sobre planejamento urbano sejam mais justas socialmente, comprometidas com a preservação ambiental e que cheguem às comunidades, movimentos sociais e lideranças que lutam por melhores condições de vida nas periferias. Assim, a universidade cumpre seu papel público ao apoiar quem enfrenta diariamente as desigualdades ambientais e sociais na cidade, transformando conhecimento acadêmico em instrumento de luta por dignidade e direitos.” Enfatiza a professora que tem uma forte atuação nos territórios periféricos de Fortaleza.

Racismo ambiental: quando o meio ambiente vira privilégio

O termo racismo ambiental descreve como populações pobres e marginalizadas sofrem de forma desproporcional com impactos ambientais ocasionados pelas enchentes, poluição e falta de saneamento. Ele impacta não apenas o meio ambiente, mas também a mente e a vida cotidiana de quem mora nas periferias. Para muitas famílias do Grande Bom Jardim e de outras periferias de Fortaleza, a chuva não representa apenas mudança no tempo, mas medo. Casas são invadidas pela água das enchentes, bens materiais são perdidos e objetos que são carregados de afetos, como fotos, cadernos, documentos, desaparecem na lama. Cada alagamento deixa marcas físicas e emocionais profundas.

Na vida das mulheres, esse impacto é ainda mais intenso. São elas que lidam com a rotina atravessada pela enchente: filhas e filhos que precisam ir à escola enfrentando ruas alagadas, muitas vezes chegando com a roupa ensopada e coberta de lama. Isso significa mais uma troca de roupa, mais trabalho doméstico, e a angústia constante de ver os filhos atravessando áreas de risco.

De acordo com a Companhia Estadual de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) aproximadamente 40% dos domicílios de Fortaleza não estão ligados à rede de coleta de esgoto. Isso significa exposição de pessoas à água poluída e as doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico como dengue, diarreia, leptospirose. No Ceará somente em 2024 foram 12 mil internações por doenças de veiculação hídrica de acordo com os dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS. E, como os cuidados de crianças, idosos e até de homens recaem sobre as mulheres, gera uma sobrecarga emocional.

Em uma reportagem do Diário do Nordeste sobre os impactos da ausência de saneamento básico na vida das Mulheres veiculada em novembro de 2025, a médica Tatiana Fiuza, doutora em saúde coletiva e professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), afirma que “do ponto de vista da saúde integral da mulher, a situação da falta de saneamento básico pode causar vários impactos, como o aumento de estresse, exaustão, ansiedade, transtornos de humor e até depressão”, alertou a médica.

Por esse motivo, a professora Clarissa destaca o papel central das mulheres na luta por saneamento e por melhores condições de vida: *“Historicamente, as mulheres estão mais à frente nas questões de moradia e saneamento. São elas que sentem primeiro a ausência de infraestrutura. É uma luta desgastante, mas marcada por um enorme compromisso com a vida.”*

Ninguém enxerga o rio, só o canal

O racismo ambiental não se resume à poluição. Ele se manifesta na distribuição desigual dos riscos ambientais e revela como a estrutura urbana brasileira foi construída sobre desigualdades raciais e sociais. Enquanto bairros valorizados recebem saneamento, drenagem adequada e áreas verdes, territórios periféricos convivem com rios poluídos, ausência de lazer e enchentes frequentes.

Para a professora **Clarissa Freitas**, da Universidade Federal do Ceará (UFC), falar em justiça ambiental é falar, necessariamente, de direitos humanos. Ela explica que não basta discutir preservação ambiental isoladamente. É preciso perguntar: quem paga o preço da degradação? Quem se beneficia da proteção? “Se a gente não pensar na distribuição dos custos e benefícios da preservação entre as classes sociais, não vamos conseguir preservar o meio ambiente”, afirma.

Clarissa destaca que, historicamente, os bairros ricos sempre foram associados à proteção de dunas, praias e rios. Já nas periferias, o meio ambiente aparece apenas como problema de saneamento. *“Ninguém enxerga o rio. Só enxerga o canal.”*

A professora aponta a invisibilidade como um dos maiores desafios do Grande Bom Jardim. Faltam áreas verdes, espaços de lazer e infraestrutura básica. Muitas vezes, políticas urbanas tratam o meio ambiente como luxo e não como direito fundamental.

“Eu não quero sair daqui. Quero melhorar aqui”

A ausência de saneamento básico, enchentes recorrentes e a falta de políticas públicas marcam o cotidiano de comunidades da periferia de Fortaleza. Diante dessa realidade, mulheres líderes comunitárias têm transformado a indignação em mobilização para denunciar o racismo ambiental e defender o direito à vida digna em seus territórios. Bilinha conhece de perto as consequências desse abandono. Moradora de uma comunidade cortada por um rio poluído, ela já viu amigos morrerem durante as enchentes. “A gente já perdeu três pessoas aqui”, conta.

A perda mais recente ocorreu em 27 de janeiro de 2026, quando o adolescente Rômulo, de 15 anos, morreu em meio às enchentes no bairro Granja Portugal. Para os moradores, a tragédia poderia ter sido evitada com limpeza dos rios, drenagem urbana e políticas de prevenção de desastres. Sem áreas de lazer e com pouca iluminação, muitas crianças acabam brincando próximas ao rio contaminado. Bilinha tenta reduzir esses riscos organizando atividades com os jovens da comunidade. “Eu não cuido só dos meus filhos. Todos são meus”, afirma.

Mulher negra e moradora da periferia, ela também enfrenta dificuldades pessoais e atualmente está aprendendo a ler. Mesmo assim, participa de cursos e atividades no Centro Cultural Bom Jardim, onde integra o grupo Mulheres Criativas. Seu desejo resume a luta da comunidade: “Eu não quero sair da minha comunidade para ter melhorias. Quero melhorias aqui.”

Mobilização comunitária

Para Carla Nayra, que atua no coletivo Bom Jardim em Ação, criado em 2022, a principal conquista do trabalho comunitário é ver os moradores se reconhecendo como sujeitos de direitos. “A maior alegria é ver a comunidade se reconhecendo como sujeita de direitos.” O coletivo atua na mobilização comunitária, na produção de informações sobre violações ambientais e na articulação com universidades e redes de apoio. Ainda assim, os desafios são constantes.

“Ser mulher periférica na defesa dos direitos humanos exige resistência diária e muito cuidado com a saúde mental”, afirma.

Andreia, destaca que o racismo ambiental continua sendo naturalizado nas periferias. “Quem morre primeiro é a favela. Quem morre primeiro são os corpos negros”, afirma.

Mulher negra, periférica e neurodivergente, ela aponta que enfrentar o racismo institucional e o capacitismo faz parte da luta cotidiana. Para ela, a principal estratégia de proteção é a organização coletiva. “A minha principal estratégia de mobilização é estar em rede. Eu não me sinto só.”

Além da articulação política, Andrea aposta na educação ambiental como forma de fortalecer o território. “Se a gente chama para plantar ou cultivar, todo mundo se interessa. A defesa do meio ambiente também é uma estratégia de proteção.”

Luta pelo direito de existir

Apesar das trajetórias diferentes, as histórias dessas mulheres se encontram na defesa do direito à cidade, ao saneamento, à moradia digna e ao meio ambiente equilibrado.

Nos bairros do Grande Bom Jardim, Genibaú e Autran Nunes, na periferia de Fortaleza, a justiça ambiental não é apenas um conceito. É uma luta cotidiana para garantir que vidas periféricas sejam reconhecidas como vidas que importam.

Redes sociais dos coletivos citados na reportagem: [ArqPetUFC](#); [Bom Jardim em Ação](#); [Centro Cultural Bom Jardim](#); [CDVHS](#); [Crauá Coletiva Ambiental](#); [Jovens Agentes de Paz](#), [Fórum de Políticas Ambientais](#)



Grupo de comunicadoras/es populares participantes da construção da reportagem. Imagem cedida pelo CDVHS

Facilitadoras da oficina comunicação popular: Suzana Moreira; Yara Vitorino

Jovens Comunicadoras e Comunicadores: Halan Jackson; Ingrid Maria Teixeira; Jô Costa; Maria de Fátima de Sá Gonçalves; Mari Sousa; Mayra Silva; Melanie Jô Costa; Raquel Vieira; Yuriel Diadorim

Responsável pela reportagem: M^a Mariany Marcelino de Sousa

Assessoria de Juventudes do CDVHS: Ingrid Rabel